

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.646 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 21 DE FEVEREIRO DE 2003



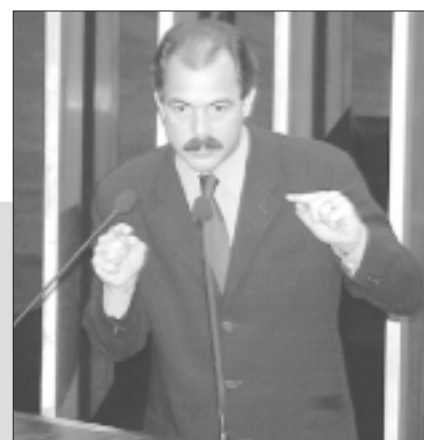
Arthur Virgílio afirma que o governo Lula se debate em contradições



Heloísa manifesta indignação com tentativa de culpar um governo que tem apenas 50 dias



José Agripino sugere desarquivar projeto petista sobre seguro-desemprego



Aloizio Mercadante diz que não existem mais recursos para ampliar benefício

## Senadores debatem aumento dos juros e rumos da economia

A condução da política econômica motivou debate no Plenário ontem. Arthur Virgílio disse que o governo fala em mudança, mas nada vai mudar. Heloísa Helena atribuiu a crise ao governo FHC e às elites. José Agripino previu um “futuro negro” e sugeriu desarquivar projeto de ampliação do seguro-desemprego, mas um dos autores da proposta, Aloizio Mercadante, afirmou que não existem mais recursos disponíveis para isso.

PÁGINAS 3 E 4

**Amir Lando aponta desvios na atuação de agências reguladoras**

PÁGINA 5

**Ideli Salvatti diz que Mercosul mais forte garantirá prestígio ao Brasil**

PÁGINA 4



Para Suplicy, é possível eliminar gastos com burocracia



Maguito: Lula mostra vontade para enfrentar o maior flagelo do século

### Primeiros passos do Fome Zero são tema de Maguito e Suplicy

Eduardo Suplicy discordou ontem da exigência de que as famílias que receberão R\$ 50 apresentem nota fiscal comprovando gasto com alimentos. Ele propôs que, ao lado da experiência-piloto programada para mil famílias no Piauí, seja feita outra sem a necessidade de demonstração das despesas. Já o senador Maguito Vilela afirmou que o programa Fome Zero constitui uma das mais importantes iniciativas públicas adotadas por um governo brasileiro nas últimas décadas. Maguito defendeu apoio integral do Congresso e da sociedade brasileira ao projeto.

PÁGINA 8



Paulo Octávio critica cortes nos recursos previstos para os ministérios

**Paulo Octávio vai propor novo modelo para o Orçamento**

PÁGINA 7

# Plenário decide dia 12 sobre fim de voto secreto

Durante a última sessão de discussão, Arthur Virgílio pediu um exame mais profundo da matéria, enquanto Magno Malta, Sibá Machado e Geraldo Mesquita defenderam a aprovação da proposta

O presidente do Senado, José Sarney, adiou para 12 de março a votação em primeiro turno da proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com o voto secreto no Congresso Nacional. O presidente também decidiu enviar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pedido do senador Tião Viana (AC), líder do PT, para suspender a tramitação da proposta que fixa em R\$ 2 mil o teto dos benefícios da Previdência Social (veja matéria abaixo). As duas PECs completaram ontem as cinco sessões de discussão.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), disse que o Senado precisa analisar em profundidade a proposta que põe fim ao voto secreto, de iniciativa do senador Tião Viana. Virgílio disse que é a votação secreta é tradição nos Parlamentos mais avançados do mundo, mas que tem vantagens e desvantagens. "O voto secreto nasceu na tradição anglo-saxônica como uma forma de proteção dos parlamentares de oposição à opressão do rei. Mas tam-



Plenário concluiu debate em primeiro turno da PEC que torna ostensivas todas as deliberações nas duas Casas do Congresso

bém pode ser usado para perpetrar injustiças e linchamentos morais", ponderou.

Ele lembrou dois casos em que homens públicos foram "linchados moralmente" e poderiam ter sido cassados de forma injusta, pelo instituto do voto secreto. Referia-se a episódios envolvendo os então ministros Ibrahim Abi-Ackel, em 1985, e Alcení Guerra, em 1991.

Já o senador Magno Malta (PL-ES) defendeu o fim do voto secreto. Ele

citou a moralização da Assembléia Legislativa do Espírito Santo, seu estado, em que parlamentares valiam-se do sigilo do voto para trair compromissos. "Com o voto secreto, todos os parlamentares ficam sob suspeição em caso de resultados espúrios em votações", afirmou.

Os senadores Sibá Machado (PT-AC) e Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) destacaram que as Assembléias do Acre e do Rio de Janeiro já aboliram o voto secreto.

## Cabral defende aumento do teto da Previdência

A aprovação do texto original da proposta de emenda à Constituição que aumenta para dez salários mínimos o teto para os benefícios pagos pela Previdência Social, de autoria do ex-senador Mauro Miranda (PMDB-GO), foi defendida ontem pelo senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), durante a última sessão de discussão da matéria. A proposta também estabelece que o menor valor desses benefícios não pode ser inferior a um salário mínimo.

Elogiando a proposta de Mauro Miranda, Sérgio Cabral pediu a rejeição do substitutivo, que fixa provisoriamente o teto em R\$ 2 mil, até que uma lei específica estabeleça o novo valor má-

ximo dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social.

O senador fluminense afirmou que a Previdência tem sido vítima de "charlatanismo", que vão do roubo puro e simples por fraudadores, funcionários do Executivo, do Judiciário e do Legislativo, até o uso inadequado das verbas para construção de prédios e outras finalidades. Ele entende que o menos culpado pela situação difícil do caixa da Previdência Social é o aposentado do setor privado, que na verdade seria uma vítima, como salientou.

— Esta é a grande chance de o Congresso Nacional corrigir injustiças. Todos sabemos que o

problema da Previdência não é o aposentado pelo Regime Geral da Previdência Social, mas sim o sistema público. E, mesmo nesse caso, é fundamental muita cautela, para que não se cometam injustiças — sugeriu Cabral.

Apresentada por Mauro Miranda em março do ano passado, a proposta de emenda constitucional recebeu substitutivo oferecido pelo então relator, ex-senador Waldeck Ornélas, durante a tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O substitutivo determina que o teto de R\$ 2 mil deverá ser reajustado de forma a preservar, em caráter permanente, seu valor real.

## Aeroporto de Imperatriz será denominado Renato Moreira

O Plenário aprovou ontem projeto de lei da Câmara que denomina "Prefeito Renato Moreira" o Aeroporto de Imperatriz, no Maranhão. A proposta, do deputado Pedro Fernandes (PTB-MA), já havia sido aprovada pela Câmara, e agora segue para a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

— A homenagem é um tributo à capacidade de trabalho, retidão, honestidade e coragem para enfrentar o crime organizado instalado na região do prefeito. A escolha de seu nome perpetua sua memória como exemplo de homem público para futuras gerações maranhenses — justificou o relator da matéria na Comissão de Educação, então senador Ricardo Santos.

De acordo com o autor do projeto, Moreira administrou a cidade entre 1970 e 1973, e, em seu segundo mandato, em 1993, governou Imperatriz por apenas nove meses, até ser assassinado a mando de pessoas que tiveram

seus "interesses escusos e espúrios" contrariados.

Na mesma sessão, os senadores também aprovaram cinco projetos de decreto legislativo relativos a concessões e permissões para funcionamento de emissoras de rádio. O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) pediu o apoio dos parlamentares para renovação da concessão à Fundação Cultura Divino Espírito Santo de Jataí (GO). Ele homenageou a Diocese da cidade, que, segundo disse, "há 40 anos presta serviços relevantes a todo o sudoeste goiano através da Rádio Difusora de Jataí".

Também foram aprovados projetos autorizando operação de serviços de radiodifusão em frequência modulada ou ondas médias pela Fundação Educativa de Urânia (SP), prefeitura Municipal de Piracicaba (SP), Difusora Mogiana Comunicação, de Ribeirão Preto (SP) e Fundação Padre Pentecoste, de Rio Claro (SP).



### AGENDA

SEXTA-FEIRA, 21 DE FEVEREIRO DE 2003

#### PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

#### PREVISÃO

#### PLENÁRIO

Segunda-feira

14h30 — Sessão não deliberativa

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de sons e imagens.

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Mensagens nºs 286 e 288, de 2002, que submetem à deliberação do Senado os nomes de João Gualberto Marques Porto Júnior e de Renato Luiz Rodrigues Marques para, respectivamente, exercerem o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Cingapura e à República da Ucrânia; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de sons e imagens.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de sons e imagens.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

### JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º Vice-Presidente: Paulo Paim

2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos

1º Secretário: Romeu Tuma

2º Secretário: Alberto Silva

3º Secretário: Heráclito Fortes

4º Secretário: Sérgio Zambiasi

Suplentes de Secretário: João Alberto Souza

Serys Shhessarenko

Geraldo Mesquita Júnior

Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg

Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573

Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin,

João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## Jefferson pede reforma com justiça social

Ao comentar a reforma que o governo pretende fazer no sistema previdenciário, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) recomendou que a mudança seja feita com o máximo possível de responsabilidade fiscal, respeito ao servidor e justiça social. Ele avisou que o Brasil não tem tempo para reinventar a roda e que, a julgar pelo grande número de propostas, não falta ao Congresso material para deliberar – em sua opinião, o que falta é determinação.

Jefferson propôs uma reflexão sobre o texto “Diagnóstico Qualitativo e Propostas para o Regime Previdenciário dos Servidores Públicos”, formulado pela Consultoria Legislativa do Senado. De acordo com o senador, o estudo parte da premissa de que o principal problema do regime previdenciário dos servidores e dos militares é que ele, simplesmente, não é previdenciário.

Jefferson reconheceu que o sistema de previdência pública continua sendo, essencialmente, unilateral e administrativo, e não contributivo e previdenciário.

O valor dos benefícios das aposentadorias e pensões do servidor não é definido pelo quanto ele contribui ou por quanto tempo, mas por uma ação unilateral do Estado, que fixa esse valor por meio de lei, “ao sabor das restrições financeiras da administração pública ou da variável capacidade de barganha e negociação política de distintos segmentos”.

Outra particularidade apontada por Jefferson e destacada no estudo refere-se à drástica redução dos quadros de pessoal público e à paralela decisão da administração de não repor a mão-de-obra que se aposenta. Segundo ele, a União, que tinha 750 mil servidores civis em 1988, tem agora 450 mil, o que aumenta o peso das despesas com inativos e pensionistas, sem que isto se deva a um déficit atuarial.

Para o senador, se o sistema não é verdadeiramente previdenciário, seu déficit também não pode ser considerado previdenciário.

– Trata-se de um item da despesa pública e os parâmetros aplicados à sua reforma precisam levar isso em conta – declarou.

# Novo aumento dos juros provoca debate sobre rumos da economia

Arthur Virgílio afirmou que o governo fala em mudança econômica, mas, na prática, isso não vai acontecer. Heloísa Helena condenou a tentativa de omitir a responsabilidade do governo anterior pela crise, e Eduardo Suplicy denunciou a explosão da base monetária no final do ano passado.



Segundo Arthur Virgílio, o governo Lula se debate em contradições para mostrar que é responsável e “apaziguar seus ânimos internos”

## Arthur Virgílio: governo fala, mas não vai mudar a política econômica

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), advertiu o Executivo, ontem, de que declarações sobre prováveis mudanças na condução da economia podem sugerir menor compromisso com o ajuste fiscal e o combate à inflação, o que irá desfazer a impressão boa que o governo deixou ao não virar o país de cabeça para baixo.

– Quero fazer um alerta ao governo para esse jargão de que vai mudar a rota, porque não vai mudar rota nenhuma – afirmou, acrescentando que sabem disso o ex-ministro da Fazenda Pedro Malan e o atual, Antonio Palocci, o ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga e o atual, Henrique Meirelles.

Arthur Virgílio disse que o governo Lula se debate em contradições, tem que dar demonstrações aos mercados diariamente de que é responsável e peca em anunciar que haverá mudanças na política econômica “na tentativa de apaziguar seus ânimos internos”. Ele considerou louvável a busca, pelo governo, de uma inflação baixa, de superávits primários e de respeitabilidade internacional, mas observou que nem sempre isso gera popularidade. Segundo o líder do PSDB, o governo Lula passará por um teste – o de ter persistência para manter o rumo da economia, não cedendo a apelos populistas.

A fixação da taxa básica de juros em 26,5% foi comentada por Virgílio. Ele observou sempre ter entendido que o governo disporia de uma margem muito pequena para não aumentar os juros, e que Meirelles “sabe muito bem o que faz”. Mas declarou que, se o favoritismo eleitoral tivesse recaído sobre um candidato à Presidência identificado com a continuidade da política econômica, “não teria havido inquietação nem deterioração dos fundamentos da economia” e talvez não fosse necessário o aumento dos juros.

O senador ainda pediu a transcrição, nos Anais, de entrevista do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso ao jornal francês *Le Monde*.

## Heloísa Helena responsabiliza elites e governo FHC pela crise

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) manifestou ontem sua indignação diante das tentativas de políticos ligados ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso de responsabilizar o atual governo, com apenas 50 dias de existência, pela crise econômica e social do país.

– Gostaria de criar o Prêmio Óleo de Peroba, para agraciar esses caras de pau – disse Heloísa Helena.

Segundo a senadora, esse tipo de atitude – que classificou de irresponsável – nada tem a ver com as críticas que ela mesma tem feito em relação aos rumos da política econômica do atual governo. Ela reconheceu que quer mudar o modelo econômico, mas entende que isso não pode ser feito com rapidez demasiada.

Heloísa Helena afirmou que a atual situação do Brasil, que descreveu como de eliminação de postos de trabalho, sucateamento do parque industrial e miséria para milhões de brasileiros, é “conseqüência direta da atuação das elites que se valeram do parasitismo do governo para se perpetuarem no poder”.

Para ela, aqueles que foram subservientes à globalização e criaram a dependência do país em relação às dívidas externa e interna não têm direito de criticar as primeiras medidas do governo Lula. “Tenham certeza: a política econômica brasileira vai mudar e, com ela, o quadro de crise social que vivemos”, afirmou.

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) concordou com as teses defendidas por Heloísa, acrescentando que os brasileiros precisam ter paciência, pois o novo governo vai tomar as medidas acertadas para mudar o quadro político, econômico e social do país, mas não seria possível promover tanta mudança em menos de dois meses de existência.



Heloísa Helena considera irresponsabilidade atribuir ao atual governo, com apenas 50 dias, a culpa pela crise econômica e social



Eduardo Suplicy explicou que só quando os índices inflacionários estiverem sob controle o quadro atual poderá ser revertido

## Para Suplicy, Copom reagiu à explosão da base monetária em 2002

Ao comentar a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de aumentar a taxa básica de juros em 1 ponto percentual (de 25,5% para 26,5% ao ano) e o compulsório dos bancos de 45% para 60%, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) explicou ter sido a explosão de 40% da base monetária, feita pelo governo Fernando Henrique no último trimestre de 2002, o real motivo a forçar essas decisões.

– Houve uma enorme expansão dos meios de pagamento (depósitos à vista e papel moeda em poder do público), que subiram de R\$ 78 bilhões no final de 2001 para R\$ 110 bilhões no final de 2002. Esses quase 40% de majoração geraram uma pressão inflacionária que, no final de 2002 e início de 2003, fez explodir os preços, como vimos – explicou.

Para Suplicy, as medidas econômicas para reverter esse quadro são, justamente, subir juros e enxugar a liquidez na economia, com o aumento do compulsório dos bancos.

Ele explicou, ainda, que as operações de *overnight* (captação de um dia) entre o Banco Central e as instituições financeiras saltaram de R\$ 40 bilhões no final de novembro para R\$ 66 bilhões no final de dezembro, uma majoração de 65%.

– Mais uma vez, essas medidas geram inflação e o remédio, amargo, é enxugar a liquidez do mercado financeiro. Somente quando os índices inflacionários estiverem sob controle esse quadro poderá ser revertido – acrescentou.

### SESSÕES PLENÁRIAS

Na qualidade de presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Eduardo Suplicy fez um apelo ao presidente José Sarney para que as sessões plenárias de quinta-feira sejam realizadas na parte da tarde, de forma que a comissão possa se reunir pela manhã.

Sarney informou que já está consultando os líderes partidários sobre o assunto, em busca de uma posição de consenso.



Jefferson: o Brasil não tem tempo para reinventar a roda

# Agripino quer ampliar o seguro-desemprego

Preocupado com os rumos da economia, senador defende como medida emergencial a aprovação de projeto que aumenta para até oito meses as parcelas do benefício pago a trabalhador sem emprego

O senador José Agripino (RN), líder do PFL, afirmou ontem em Plenário que está preocupado com os novos rumos da economia brasileira e que vislumbra um “futuro negro”. Como medida emergencial, sugeriu a aprovação do projeto de lei, de autoria do deputado Paulo Rocha (PT-PA) e do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) – que o apresentou quando era deputado – e arquivado na Câmara, que aumenta dos atuais três a cinco meses para quatro a oito meses o período de recebimento do seguro-desemprego.

A proposta, que também reduz o tempo mínimo de atividade para recebimento do benefício para seis meses, tramitava desde 1993 e foi arquivada e desarquivada várias vezes, informou o senador.

– Desemprego causa fome. Até agora as medidas tomadas pelo governo Lula contra a fome, especificamente o projeto Fome Zero, estão no papel e são emergenciais. Pois o PFL oferece a parceria com o Congresso pedida por Lula. Podemos nós mesmos pedir o de-



José Agripino: medidas como a elevação dos juros podem aumentar o desemprego

sarquivamento desse projeto, desde que haja o compromisso dos votos do PT para aprovar a matéria – afirmou.

José Agripino destacou que a única medida concreta para combater a fome hoje existente é a lei derivada de projeto de autoria do PFL, que destina percentagem da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) para o Fundo de Combate à Pobreza.

O senador apontou algumas medidas econômicas tomadas pelo

novo governo que ele considera preocupantes por redundarem no aumento do desemprego e, conseqüentemente, da fome: a elevação da meta de superávit primário (receita menos despesa excetuando pagamento de juros) de 3,75% para 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB), corte de R\$ 14 bilhões no Orçamento e elevação de juros em um ponto percentual no último dia 19.

## URGÊNCIA

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), informou que seu partido apoiará pedido de urgência para aprovação do projeto que amplia o prazo de concessão do seguro-desemprego, caso o governo Lula entenda que deva prestigiar a proposição.

– O PSDB assina a urgência, ou ouvirá, com muito respeito, uma retratação, um *mea-culpa*, algo que a esquerda sempre usou para melhorar a sua visão do mundo: a autocrítica – disse Arthur Virgílio, destacando que não se deve propor coisas absurdas porque “o feitiço pode virar contra o feiticeiro”.

## Mercadante diz que não há recursos para aumentar gastos com o benefício

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou não ser favorável, no atual momento, ao projeto de sua autoria que estende o período de cobertura do salário-desemprego, por não existirem recursos disponíveis para cobrir novos gastos.

Ele explicou que, quando apresentou o projeto, havia identificado reserva técnica de R\$ 5 bilhões no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), dinheiro que não mais existe por ter sido utilizado pelo governo anterior para garan-

tir o superávit primário.

Para Mercadante, seria demagógico manifestar apoio ao projeto agora simplesmente por ter sido um de seus autores, quando a situação mudou e não existe disponibilidade de recursos.

O senador manifestou satisfação em ver que o PFL e o PSDB agora são favoráveis a um projeto que favorece o trabalhador. “No passado, raramente sentíamos esse apoio”, afirmou.

Segundo Mercadante, a hora não é de criar novas despesas, mas



Mercadante é um dos autores do projeto que amplia o período de cobertura do seguro-desemprego

de melhorar a qualidade dos gastos. Ele propôs união de todos os partidos para, no Congresso, aprovarem as reformas previdenciária e tributária. “Assim, o novo governo terá folga orçamentária para criar bons programas sociais.”

## Para Ideli, Mercosul forte garante inserção do Brasil

De acordo com a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), somente com o fortalecimento do Mercosul o Brasil poderá garantir a inserção do país como ator de relevância nas relações econômicas internacionais. Em seu primeiro discurso em Plenário, ontem, Ideli alertou para o risco de adesão do Brasil à Área de Livre Comércio das Américas (Alca) sem condições de fazer prevalecer os interesses nacionais.

– O Mercosul deve ser priorizado, prestigiado e enfatizado à exaustão, a fim de que o Brasil, agindo de forma justa e equânime, consciente de sua expressão e responsabilidade no concerto das nações latino-americanas, possa colher para o seu povo os melhores resultados de uma inserção autônoma e produtiva – afirmou a senadora, que lançou sua candidatura para a presidência da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e pediu apoio dos colegas.

## PARLAMENTO

Ideli destacou que o Congresso Nacional precisa se engajar no debate sobre a criação do Parlamento Comum do Mercosul, especialmente no momento em que o bloco econômico assume lugar de destaque na agenda do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A senadora lembrou que o primeiro país visitado pelo presidente Lula foi a Argentina, principal parceiro do Mercosul, que atravessa “situação econômica delicada”. Ela também entende ser fundamental que o Chile – outro país visitado por Lula – se integre ao Mercosul, que, na sua opinião,



Mercosul deve ser priorizado e prestigiado pelo país, segundo Ideli Salvatti

deve ser ampliado.

A senadora frisou que a palavra-chave da política exterior do atual governo é soberania. Essa prioridade, continuou, tem paralelo na própria história do presidente, pois embute a idéia de “se impor pela demonstração inequívoca de suas capacidades”. Ideli entende que o Brasil precisa evitar que sua população se torne mera consumidora de produtos, bens e serviços dos Estados Unidos.

– O que defendo não é voltarmos as costas à Alca, negá-la infantilmente, mas o fortalecimento do Mercosul, de maneira a credenciá-lo, a habilitá-lo plenamente como ator de peso nas negociações de conformação e operação do bloco. Um acordo dessas dimensões só pode prosperar dentro das linhas de equilíbrio, com correlação equânime de forças – analisou a senadora, que considera intoleráveis as tarifas não-alfandegárias, na forma de subsídios, mantidas pelos EUA, especialmente no setor agrícola.

## Duciomar solicita informações sobre gasoduto

O senador Duciomar Costa (PTB-PA) apresentou à Mesa do Senado requerimento de informações a ser encaminhado à ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, para saber se existe estudo de viabilidade técnico-econômica da instalação de gasoduto que transportaria gás natural no trecho entre Urucum (AM) e Belém (PA). Em caso afirmativo, o senador quer ter acesso à integral do estudo.

Na justificativa do requerimento, Duciomar Costa afirma que o gás natural, abundante em Urucum, tem sido subutilizado, “dada a sua precária forma de aproveitamento e distribuição”. Diz ainda que o noticiário nacional faz referências à construção do gasoduto mas que, oficialmente, não há dados sobre a existência do projeto, “cuja abrangência e especificidades, pela matéria de que trata e pelas implicações que trazem aos

dois estados envolvidos e também ao cenário nacional, devem ser conhecidas e discutidas pelo Senado”.

Em entrevista à Agência Senado, o senador esclareceu que há um grande interesse, sobretudo dos taxistas do Pará, na construção do gasoduto.

– Temos informações extra-oficiais de que existe gás de sobra produzido em Urucum. Queremos saber da viabilidade econômica do

projeto para tentar levar o gás ao Pará – afirmou.

Duciomar Costa disse ainda que pretende, em seu mandato, contribuir para “alavancar” a produção no estado, a fim de que haja geração de renda e trabalho.

– Grande parte dos produtos da pauta de exportação do Pará não agrega valores. Os produtos não são tributáveis, como o minério e a madeira, e, por isso, o estado perde cerca de R\$ 400 milhões em



Duciomar Costa: gasoduto levaria gás natural de Urucum, no Amazonas, a Belém

cada exercício, em função da Lei Kandir, que desonera os produtos produzidos no Pará – observou. Para o senador, a reforma tributária é necessária.

# Lando quer corrigir ação de agências reguladoras

“O presidente da República não pode tomar conhecimento do reajuste nos preços de serviços essenciais pela imprensa”, adverte senador

Preocupado com as declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva acerca das agências reguladoras de setores da economia, o senador Amir Lando (PMDB-RO) criticou ontem o modelo legal que criou esses órgãos nos últimos anos. Ele pediu que os senadores reflitam acerca das afirmações de Lula de que a ação do Estado foi terceirizada para as agências, que tomam decisões que afetam o dia-a-dia da população, sem a interferência do governo.

— Que montagem perversa foi essa que levou a um desabafo legítimo e verdadeiro do presidente? Mudar a situação é preciso. O presidente não pode tomar conhecimento do aumento de serviços essenciais pela imprensa. As agências são parte de um modelo que foge ao interesse geral. É uma camisa-de-força que tolhe os movimentos da mudança e da inovação que a nação reclama e exige. O governo está aprisionado a esses mecanismos — reclamou.

Para Amir Lando, as agências reguladoras atuam ao largo do Es-



Amir Lando: “Que montagem perversa foi essa que levou a um desabafo legítimo do presidente?”

tado, de forma independente e quase soberana. Ele sugeriu que o Congresso possa interferir para rever qualquer desvio existente entre a lei e as ações das agências. E lamentou que o Congresso sempre tenha ficado distante da fiscalização das agências.

— O modelo, além de lesivo, deixou plantadas de maneira obscura agências que visam proteger esses serviços transferidos para a iniciativa privada. Esse modelo,

para a administração inaugurada, é inservível. Precisamos cavar espaços para introduzir as mudanças, sem quebra de contratos, que é outro compromisso do governo. Fora disso, o presidente é réu do passado. E o Brasil quer o futuro, quer a esperança e a possibilidade de a cidadania viver com dignidade e respeito — declarou.

O senador ainda questionou a constitucionalidade da criação de agências que, diferentemente da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) — previstas na Constituição —, foram instituídas por lei ordinária.

— Não há dúvidas que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Agência Nacional de Águas (ANA) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) não foram instituídas pelo poder constitucional, mas por lei ordinária. Nesse ponto, essa criação fere o princípio constitucional — disse o senador, citando o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ilmar Galvão para sustentar sua posição.

## Órgãos surgiram nos anos 90

As agências reguladoras de serviços públicos surgiram no Brasil a partir dos anos 90. A primeira a ser legalmente criada foi a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em 1996. No ano seguinte o Congresso Nacional aprovou leis autorizando o funcionamento da Agência Nacional de Telecomunica-

ções (Anatel) e da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Desde então, mais cinco órgãos foram criados por leis ordinárias, sendo que um deles, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), foi instituído por medida provisória, depois convertida em lei. Apenas a Anatel e a ANP tiveram suas criações previstas pela Cons-

tituição — por meio das emendas nºs 8 e 9, ambas de 1995.

Também atuam no país os seguintes órgãos reguladores: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Agência Nacional de Transportes Aquáticos (Antaq), Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e Agência Nacional de Águas (ANA).

## Saturnino pede que denúncia contra ele seja esclarecida

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) anunciou ontem em Plenário que encaminhará ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar pedido de investigação de denúncia divulgada na imprensa de que ele teria descumprido compromisso contido em carta que subscreveu quando assumiu o mandato em 1998.

Saturnino disse que, embora os jornais tenham veiculado que a denúncia seria encaminhada ao

conselho, já se passaram alguns dias e nada ocorreu. Como ele, senador, tem o maior interesse em esclarecer essa questão — assegurou —, decidiu tomar a iniciativa de pedir ao Conselho de Ética que investigue o caso.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), reconheceu “grandeza” no gesto de Saturnino.

— Não pesa sobre o senador nenhum fato grave, mas é melhor



Roberto Saturnino tomou iniciativa de pedir investigação ao Conselho de Ética

que seja assim, com transparência, firmeza e compromisso. Se todos se comportassem assim, seria melhor — disse Mercadante.

## Antero cobra informação sobre auditoria na Terracap

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) reclamou que o Tribunal de Contas da União (TCU) ainda não deu resposta a requerimento apresentado em novembro do ano passado, em que o senador solicitava o encaminhamento de relatórios sobre auditoria realizada pelo TCU na Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap). O parlamentar explicou que seu interesse no relatório está relacionado a denúncias veiculadas pela imprensa sobre possíveis irregularidades cometidas pelo governo do Distrito Federal com terras públicas.

— Eu estou reclamando porque já faz bem mais do que os 30 dias legais para que o TCU responda à solicitação e também pelo fato de querer receber informações oficiais e não por meio de pessoas, aqui mesmo do Senado, que sei já



Antero Paes de Barros tem interesse no relatório relacionado a denúncias veiculadas pela imprensa

dispõem desses relatórios — declarou Paes de Barros.

Em resposta à questão de ordem, o presidente do Senado, José Sarney, disse que a Secretaria Geral da Mesa já havia recebido, do ministro do TCU Adylson Motta, as informações solicitadas pelo senador ao tribunal.

## Fátima Cleide espera justiça para matador de ex-prefeita

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) anunciou ontem que apresentará requerimento para que o Senado envie uma comissão de senadores para acompanhar a abertura do julgamento dos seis acusados do assassinato da militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e ex-prefeita da cidade de Mundo Novo (MS) Dorcelina de Oliveira Follador, que se iniciará na segunda-feira.

A prefeita foi assassinada em outubro de 1999 ao receber oito tiros de pistola quando conversava com o marido e uma filha na varanda da casa em que vivia. A senadora pediu justiça e lembrou uma frase de Dorcelina: “A felicidade, a luta e a graça para conquistar nosso sonho são a certeza de que não viveremos inutilmente e juntos faremos a mudança”.

Fátima Cleide afirmou que todos os cidadãos precisam ficar atentos para que crimes como esse não aconteçam mais e destacou que hoje, em Rondônia, terá início o julgamento de mais um acusado de



Fátima Cleide propõe que Senado envie comissão para acompanhar abertura de julgamento

assassinar uma mulher: o marido da policial rodoviária federal Nilda Araújo.

— Temos que acompanhar esses crimes, como mulheres e como políticas. Peço à Casa que se debruce sobre a situação para mostrar que realmente começaram as mudanças nesse país — disse.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) manifestou sua solidariedade ao pronunciamento de Fátima Cleide dizendo que a preocupação com os crimes contra mulheres deve ser de todos.

# Sérgio Cabral propõe Estatuto do Idoso

Instrumento proposto pelo senador organiza política de atendimento às pessoas com mais de 65 anos, ao aperfeiçoar a atual legislação e atribuir função fiscalizadora aos conselhos de direitos do idoso

O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) apresentou ao Senado projeto que institui o Estatuto do Idoso, destinado a garantir a todas as pessoas com mais de 65 anos direitos como prioridade no atendimento médico e assistência jurídica. Assim, todo processo que envolver idosos terá de ser julgado em primeiro lugar pelos juízes. A proposta estabelece ainda que os filhos que não cuidarem de seus pais na terceira idade poderão receber multas de até 20 salários mínimos (R\$ 4 mil).

O estatuto tenta resolver situações já garantidas em lei e não cumpridas, como a garantia de andar gratuitamente em ônibus urbanos. As empresas de ônibus cujos motoristas impedirem a entrada de pessoas com mais de 65 anos poderão ser multadas em até R\$ 4 mil e o condutor só poderá exigir do idoso sua carteira de identidade. Uma novidade: os microônibus também serão obrigados a transportar gratuitamente



Brasil deve dar mais dignidade aos idosos, diz Sérgio Cabral

pessoas da terceira idade e eles ainda terão direito a meia entrada na primeira sessão de todos os dias dos cinemas e teatros.

— O Brasil será o sexto país mais envelhecido do mundo em 2025, com mais de 34 milhões de idosos. A sociedade precisa criar instrumentos para assegurar qualidade de vida desses cidadãos com mais dignidade — afirma o senador Sérgio Cabral.

O Estatuto do Idoso organiza a política de atendimento às pessoas com mais de 65 anos, aperfeiçoando a atual legislação e atribuindo função fiscalizadora e executiva aos conselhos dos direitos do idoso nas áreas federal, estadual e municipal. As multas para quem descumprir o estatuto irão para um fundo especial administrado por esses conselhos.

Além disso, todos os estados serão obrigados a criar pelos menos uma delegacia especial de atendimento ao idoso, destinada a receber denúncias e investigar violação de direitos. As entidades não-governamentais voltadas a esse público terão 120 dias para se registrar no Conselho Municipal dos Direitos do Idoso e os promotores do Ministério Público ficarão encarregados de fiscalizar o cumprimento do estatuto, inclusive denunciando à Justiça pessoas ou entidades que não estiverem cuidando adequadamente dos idosos sob sua responsabilidade.

## João Alberto analisa violência infanto-juvenil

A partir do episódio recente em que um casal de Campinas (SP) agrediu barbaramente os filhos de um e seis anos após acidente de trânsito, o senador João Alberto Souza (PMDB-MA) analisou as razões da violência infanto-juvenil contra a sociedade e da sociedade contra a infância. Segundo ele, os episódios de agressão às crianças são consequência de abandono, desamor, indiferença, tolhimento da possibilidade de participação, privação e agressão de ordem sexual possivelmente sofridos pelos agressores.

Citando analistas, o senador afirmou que a violência dirigida à infância e à adolescência é hoje

no Brasil um caso de saúde pública. De acordo com a Sociedade Internacional de Abuso e Negligência da Infância, disse o senador, 100 crianças morrem por dia no Brasil vítimas de maus-tratos.

— É uma cifra espantosa. Tais práticas são devidas fundamentalmente à persistência de graves desigualdades sociais, de altas taxas de desemprego, da permanência de valores autoritários, da ignorância, do abuso do álcool e da impunidade — afirmou.



Para João Alberto, agressão contra crianças é caso de saúde pública

João Alberto afirmou que os efeitos dessa situação não se refletem apenas na saúde física e emocional das crianças, mas também na própria sociedade, e que estudos na área da criminologia atestam que meninos e meninas que apanham dos pais ou de outros adultos tornam-se mais propensos a reproduzir comportamentos violentos quando se tornarem adultos.

— Quem é agredido cedo ou tarde será agressor — frisou.

## Valadares elogia atitude de Alencar sobre contratações

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) elogiou ontem a atitude do vice-presidente José Alencar de publicar nota na imprensa reconhecendo o erro de ter contratado para seu gabinete um irmão, uma sobrinha e um cunhado. Segundo Valadares, o gesto magnânimo de “dar a mão à palmatória” só complementa o histórico de quem qualificou como “admirável homem público”.

— Depois da publicação da reportagem, José Alencar resolveu revisar o ato que havia cometido. Reconheceu que a imprensa estava certa ao condenar o nepotismo e publicou nota dizendo isso — afirmou Valadares.

Na nota oficial, a ser registrada nos Anais do Senado a pedido de Valadares, Alencar louva a liberdade de imprensa, afirma que empregou os parentes por serem pessoas



Antonio Carlos Valadares enalteceu gesto magnânimo de “dar a mão à palmatória”

competentes e que, apesar de serem contratações legais, foram tornadas sem efeito porque a imprensa e o PT discordaram da medida.

## Ribeiro registra aniversário de municípios do Tocantins

O senador João Ribeiro (PFL-TO) registrou, em discurso no Plenário, o aniversário de 13 municípios do Tocantins, que estão completando hoje entre dez e doze anos de emancipação política.

— O Tocantins é um estado novo,

uma fronteira nova, que, pela força de seu povo e pela competência dos administradores, vem conseguindo fazer boas administrações — afirmou o parlamentar, que foi prefeito de Araguaína (TO).

Segundo Ribeiro, comemoram aniversário nesta data as cidades



João Ribeiro vai abordar na tribuna temas de interesse nacional e do seu estado

de Angico, Araguaína, Bom Jesus do Tocantins, Carmolândia, Cariri do Tocantins, Carrasco Bonito, Lagoa da Confusão, Mateiros, Palmirante, Sucupira, Riachinho, Rio da Conceição e São Miguel do Tocantins. Ele também saudou os prefeitos desses municípios.

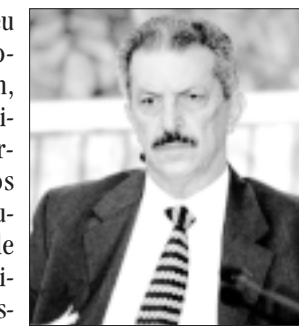
— Acredito ser importante registrar essas datas e acontecimentos porque é nas capitais e nas cidades do interior onde está o povo que nos deu o mandato para vir para o Senado — disse João Ribeiro. Ele anunciou que seus pronunciamentos na Casa vão abordar temas de interesse nacional e do Tocantins.

## Tuma destaca atuação da Perfect Liberty no Brasil

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) homenageou ontem, em discurso, a instituição religiosa Perfect Liberty pelos seus 45 anos de atuação no Brasil. Ele destacou os objetivos da entidade, ressaltando suas principais realizações no país.

A instituição, segundo o senador, desenvolve diversas campanhas anuais, como a distribuição de alimentos, agasalhos e brinquedos a entidades cadastradas nas 130 igrejas que mantém no Brasil. Outra ação social é a Clínica de Assistência Médica, criada em 1990 na capital paulista, que possibilita exames laboratoriais, consultas e tratamento por acupuntura, não apenas a seus adeptos, mas também ao público em geral.

De acordo com Tuma, a direção mundial da instituição escolheu o Brasil como ponto de partida para sua expansão devido à grande diversidade racial do país.



Segundo Romeu Tuma, entidade está comemorando 45 anos no país

— A experiência veio demonstrar o acerto da escolha, pois a atual presença da instituição em países como Estados Unidos, Portugal e Espanha, além de em quase toda a América do Sul, recebeu grande incentivo por meio da atuação de adeptos brasileiros — disse.

A primeira igreja da Perfect Liberty foi inaugurada em São Paulo em 16 de fevereiro de 1958, por Ryoza Azuma. Em 1968, a entidade adquiriu 650 alqueires em Arujá (SP), onde implantou sua obra denominada Terra Sagrada na América do Sul. Em 1985, foi a primeira instituição religiosa a ser reconhecida pelo governo federal como de utilidade pública.

Romeu Tuma registrou a participação dele e de seu filho, o deputado federal Robson Tuma (PFL-SP), no 5º Festival Nacional de Baston, atividade esportiva-cultural desenvolvida por jovens adeptos da instituição religiosa.

Paim recebeu dos empresários proposta de criação da Câmara de Comércio Afro-Brasileira



Roosevelt Pinheiro

## Paim recebe empresários da Câmara Afro-Americana

O senador Paulo Paim (PT-RS), na condição de 1º vice-presidente do Senado, recebeu ontem dez empresários norte-americanos que vieram ao Brasil propor a implantação de uma Câmara de Comércio Afro-Brasileira. O encontro com os visitantes, que integram a Câmara de Comércio Afro-Americana, também contou com a presença dos senadores Eurípedes Camargo (PT-DF) e Sibá Machado (PT-AC).

Segundo um dos autores da iniciativa de criação da câmara de comércio no Brasil, Brian Poitier, os afro-brasileiros, assim como os afro-americanos, sofrem com a discriminação e com a falta de oportunidades na vida. No entanto, ao contrário dos norte-americanos, poucos negros brasileiros conseguem desenvolver uma atividade empresarial com sucesso. Assim, a proposta é que empresários afro-descendentes das duas nações possam trocar experiências no campo da indústria, do comércio e das novas tecnologias, além de estabelecer pontes culturais.

## Heloísa sugere Senado mais perto dos deficientes físicos

A fixação de cota para impressão de material em braile na gráfica do Senado e a utilização da linguagem de sinais nas transmissões das sessões da Casa pela TV Senado foram sugeridas ontem pela senadora Heloísa Helena (PT-AL). Ela pediu ao presidente José Sarney o encaminhamento dessas propostas à deliberação da Comissão Diretora.

Enfatizando que a idéia não era exclusivamente sua e vem sendo defendida por vários senadores, Heloísa fez um apelo a Sarney para que a Mesa viabilize essa cota na gráfica. Ela elogiou o trabalho da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) e disse que o custo do material em braile é maior do que o do material tradicional. Para publicar 100 exemplares em braile, informou, a senadora deve abrir mão de 25 mil exemplares na escrita comum.

Para Paim, a sugestão dos afro-americanos é muito boa.

— É inegável que os empresários norte-americanos avançaram muito mais do que nós. Eles querem trazer suas experiências e contribuir para que o empresário negro brasileiro ocupe o espaço que merece na nossa sociedade — disse o senador.

Além de afro-descendentes, integrava a comitiva norte-americana um representante da nação indígena daquele país. Assim como os outros, esse norte-americano também veio ao Brasil com a intenção de trocar informações nas áreas cultural, educacional e de formação. A vinda do descendente de índios norte-americanos, segundo Paim, foi uma iniciativa igualmente feliz. Na opinião do senador, o intercâmbio entre índios brasileiros e norte-americanos permite que esses povos possam avançar e conter a discriminação.

Ao final da reunião, Paim presenteou os visitantes com dois livros que o presidente do Senado, José Sarney, enviou para eles.

Quando ao uso da linguagem de sinais, Heloísa Helena declarou que muitas pessoas, em função de necessidades especiais, não conseguem acompanhar o noticiário da TV Senado.

Para ela, uma decisão da Comissão Diretora favorável às duas sugestões será uma ação extremamente importante. Heloísa Helena acrescentou que, embora constituam um percentual pequeno da população, as crianças, jovens e adultos portadores de necessidades especiais são iguais a todas as outras pessoas e gostariam de acompanhar as atividades da Casa.

Em resposta ao pedido, o presidente do Senado afirmou que acolhia a sugestão e que a encaminharia à Mesa. Sarney se disse sensível ao tema e lembrou que, quando presidente da República, adotou medidas em favor dos portadores de deficiência física.

# Paulo Octávio deve propor modelo para o Orçamento

Senador quer mudar instrumentos que, para ele, permitem ao Executivo controlar o processo de emendas no Congresso

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) comunicou ontem que pretende apresentar, em breve, um conjunto de medidas que possam contribuir para alterar o atual modelo de administração financeira e orçamentária do país. Para ele, o sistema de elaboração e de aplicação do Orçamento Geral da União está repleto de equívocos e não é claro para a sociedade. Ele criticou, especificamente, a decisão do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de reduzir em 30% os recursos anteriormente previstos para os ministérios.

— Enquanto as mudanças estruturais não ocorrem, é preciso agir contra esse contingenciamento, que, somado aos repetidos aumentos da taxa de juros, ao aumento do compulsório bancário junto ao Banco Central e ao incremento do superávit primário, ameaça jogar o Brasil em uma recessão profunda — declarou o senador, acrescentando que seria conveniente, inclusive, que o



Roosevelt Pinheiro

Para Paulo Octávio, medidas adotadas pelo governo "ameaçam jogar o Brasil em recessão"

ministro da Fazenda, Antonio Palocci, comparecesse ao Congresso para explicar a política econômica adotada pelo governo.

Sobre a elaboração do Orçamento, o principal protesto do senador é quanto ao fato de, a seu ver, o Executivo dispor de vários instrumentos que garantem o controle do processo de emendas ao Orçamento no Congresso.

— O Executivo não somente detém a prerrogativa exclusiva de

determinar o *status quo*, ao escolher o documento sobre o qual as discussões serão embasadas e as decisões tomadas, mas também de estabelecer as diretrizes do processo em combinação com a sua coalizão majoritária, que controla a Comissão Mista de Orçamento — apontou Paulo Octávio.

Ele relatou, ainda, que a bancada do Distrito Federal realizou uma reunião na quarta-feira em que decidiu trabalhar de forma coesa contra o contingenciamento dos recursos que foram incluídos por iniciativa da bancada na Lei Orçamentária para 2003 e que, conforme observou, são necessários para investimentos no DF.

Ele também questionou a decisão anunciada pelo governo de instalar escritórios de representação do Executivo em outros pontos do país.

— Quanto custará aos cofres públicos a estrutura administrativa de quase 40 ministérios e conselhos? — perguntou Paulo Octávio.

## Senadores do Pará querem portos estadualizados

Os senadores Ducimar Costa (PTB-PA) e Luiz Otávio (PMDB-PA) se encontraram ontem com o presidente do Senado, José Sarney, para pedir apoio à manutenção do controle estadual sobre os portos paraenses. De acordo com Ducimar, o ministro dos Transportes, Anderson Adauto, já manifestou o interesse de rever a estadualização e incorporar os portos ao patrimônio da Companhia Docas do Pará (CDP), empresa federal. Na avaliação do senador, a medida representaria um revés no processo de desenvolvimento paraense.

— O estado tem todo um projeto que passa pela estadualização dos portos. Solicitamos o apoio de Sarney junto ao ministro e ao presidente Lula para que o Pará possa prosseguir em seu projeto de desenvolvimento — declarou Ducimar, salientando ainda que o governo do estado tem dotado os portos de infra-estrutura para aumentar a capacidade de escoamento da produção.

O senador Papaléo Paes (PTB-AP) participou do encontro com Sarney e disse que o estado do Amapá também está preocupado



Gerardo Magela

Reunidos com o presidente do Senado, José Sarney, parlamentares disseram que federalização prejudica desenvolvimento do Pará

com a federalização dos portos. Lá, houve a municipalização do porto de Santana, que pertencia à Companhia Docas do Pará.

— Sarney afirmou que iria se envolver no processo. Este modelo (a municipalização) é importante para o estado — disse Papaléo.

### MINISTROS

O presidente José Sarney recebeu em seu gabinete, na manhã de ontem, dois ministros de Estado: o embaixador Celso Amorim, das Relações Exteriores, e Anderson Adauto, dos Transportes.

Celso Amorim comentou que fez uma "visita de cortesia e amizade", na qual foram abordados temas gerais.

— Não vim pedir nada, mas rever um amigo que é uma das figuras mais importantes da vida pública brasileira e que tanto contribuiu para o êxito da transição para o regime democrático no país — destacou o ministro.

Já Anderson Adauto disse que aproveitou o encontro para mostrar a Sarney alguns projetos do Ministério dos Transportes, que tem como prioridade a renovação da malha viária. Depois da audiência, o ministro reuniu-se no gabinete do presidente do Senado com o governador de Rondônia, Ivo Cassol, e com a bancada estadual, para discutir assuntos relativos à sua pasta.

# Suplicy critica exigência de nota fiscal no Fome Zero

Para o senador, medida burocratiza o programa e demonstra falta de confiança na população. Ele recomendou a adoção do Renda Mínima, previsto em projeto de sua autoria, que beneficiaria igualmente todos os brasileiros

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) criticou ontem a exigência imposta pelo programa Fome Zero às famílias que receberão R\$ 50 para que apresentem nota fiscal com provando que gastaram o benefício com alimentos. Para ele, a medida cria burocracia e demonstra falta de confiança na população.

Suplicy propôs que, ao lado da experiência-piloto programada para mil famílias em dois municípios pobres do Piauí, seja feita outra, sem a exigência de comprovação dos gastos.

– Depois de três ou quatro meses, as duas experiências poderiam ser comparadas para quantificar os gastos com fiscalização, o aumento no consumo de alimentos e no pagamento de impostos nas duas regiões. Assim, será possível detectar em que as famílias gastaram os R\$ 50.

O senador também criticou os



Eduardo Suplicy defende a economia de gastos com programa de distribuição de renda

vários programas de distribuição de renda realizados pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Segundo disse, a equipe de transição do governo Lula diagnosticou a existência de sobreposição de ações da União, estados e municípios, e recomendou a realização

de cadastro único a ser implementado em todo o Brasil. Para Suplicy, a estratégia não vai funcionar e o melhor programa é o de sua autoria, que cria renda mínima igual para cada um dos 175 milhões de brasileiros.

– Haverá enorme economia de gastos com burocracia e será eliminado o estigma da pessoa se declarar pobre. A modesta renda para todos será considerada um direito e não mais uma dádiva. Isso reforça a cidadania – afirmou.

Em aparte, o senador Augusto Botelho (PDT-RR) informou que o programa de cartão alimentação de Roraima exige comprovação dos comerciantes, não dos beneficiados. O senador João Capiberibe (PSB-AP) disse que a experiência desenvolvida por ele no Amapá mostrou que as famílias gastam praticamente todo o benefício em alimentos.

## Maguito Vilela cobra mais apoio ao programa

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) discorda dos que têm criticado o programa Fome Zero, lançado como prioridade pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo disse, as críticas são “errôneas e levianas”, pois, em sua opinião, o programa é uma das



Governo Lula acerta ao lançar o Fome Zero, segundo Maguito

mais importantes iniciativas públicas adotadas por um governo brasileiro nas últimas décadas.

– O presidente Lula faz a coisa certa. Mostra vontade política

para enfrentar o maior flagelo deste século. E começa a agir rápido, porque quem passa fome tem pressa. A fome não espera. A fome mata. Come a vida dos pobres – afirmou o senador, enfatizando que o Congresso Nacional e a sociedade brasileira precisam dar todo apoio ao governo na empreitada.

Na opinião do senador, não cabe a pecha de “assistencialismo e de humilhação” que alguns querem impingir ao programa.

## Jereissati cita artigo sobre declaração de Graziano

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) solicitou a transcrição, nos Anais do Senado, de artigo do escritor João Ubaldo Ribeiro publicado no jornal *O Globo*. Sob o título “Que ministro é esse?”, o autor analisa declaração do ministro da Segurança Alimentar, José Graziano, sem citar seu nome, que teria atribuído aos nordestinos a responsabilidade pela violência nos centros urbanos do Sudeste.

João Ubaldo afirma que o ministro tentou esclarecer seu pensamento, mas que nada apaga a sensação de que disse aquilo que, no fundo, “é a deplorável convicção de um membro do primeiro escalão de um governo ironicamente presidido por um ex-retirante nordestino”. Para o escritor, o ministro parece ser uma espécie de porta-voz dos *skinheads*, que vêem nordestinos e judeus

como inimigos da ordem social.

De acordo com o texto, o escritor indaga “onde tem vivido esse ‘homem de esquerda’, que horizontes vislumbra, que senso de responsabilidade o norteia”. Conforme o senador, João Ubaldo resalta que pronunciamentos desse tipo não podem passar sem uma resposta e que, em qualquer país do mundo, o ministro já teria pedido desculpas.

## Costa propõe que leite seja obrigatório na merenda

O leite tem importância nutritiva e papel social relevante na geração de empregos. Com essa constatação, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) apresentou projeto que torna obrigatório o uso do leite de vaca nos cardápios do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), do Ministério da Educação.

O senador justificou a proposta enfatizando o fato de o leite ser o alimento de maior concentração de cálcio, que, lembrou, “é essencial para a formação e manutenção do organismo”. As proteínas do leite são completas e propiciam a formação e manutenção dos tecidos, além de o alimento conter vitaminas A, B1 e B2, observou o senador.

Hélio Costa informou também que o leite é adotado, oficialmente, como obrigatório em muitos países, como o México, que tem



Hélio Costa resalta a importância nutritiva e econômica do leite

um programa, lançado em 1930, beneficiando 74% dos municípios do país. Na China, relatou, cerca de 200 milhões de crianças recebem leite de programas alimentares. O mesmo, acrescentou, acontece na República

Dominicana, Colômbia, Malásia e em países da Europa como Portugal e Dinamarca.

Aqui, disse, ao contrário da prática internacional e apesar de o leite ser responsável por 40% dos postos de trabalho no meio rural, o brasileiro consome o equivalente a 130 litros do alimento por ano, “o mais baixo volume comparado ao das populações dos países da União Européia”.

– A inclusão do leite de vaca como componente da merenda escolar é um ato de múltiplas consequências e inúmeros benefícios – argumentou Hélio Costa.

## Educação infantil melhorou no governo FHC, afirma Jucá

O trabalho conduzido pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso na área da educação infantil foi elogiado pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR). Ele destacou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sancionada



Jucá: mais crianças foram atendidas em creches e pré-escolas

em 1996, como fundamental para proporcionar às crianças o direito à creche e à pré-escola.

Conforme disse, o censo escolar de 2002 mostrou que o Brasil tem cerca de um milhão de crianças atendidas em creches e aproximadamente cinco milhões matriculadas na pré-escola. O censo também revelou que, entre 2000 e 2002, as matrículas

em creches e na pré-escola cresceram em média 7,5 % ao ano. No mesmo período, afirma, o número de professores aumentou 37% nas creches e 13% na pré-escola.

– Depois disso, a educação infantil passou a ser encarada não mais como um ato de assistência social, mas como direito público. Foi o primeiro passo para a efetiva educação de nossas crianças.

A realização do censo, o primeiro na área da educação infantil, tornou possível a elaboração de um cadastro nacional de instituições que trabalham com educação infantil, ressaltou.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Heráclito Fortes, Marcelo Crivella, Amir Lando, Luiz Otávio e Garibaldi Alves Filho